

O Exercício do controle social do Ministério Público do Estado do Espírito Santo na garantia e ampliação dos direitos da infância e juventude

*Andreia Lima de CRISTO **

O presente estudo tem por objetivo a compreensão do exercício do controle social do Ministério Público na garantia do direito de crianças e adolescente à convivência familiar e comunitária. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica através de um breve histórico sobre a situação da criança e do adolescente; da chegada dos portugueses ao Brasil até a atualidade, mostrando que as mudanças na forma de compreender a criança geraram modificações na legislação brasileira; da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral, conseqüentemente, alterações nas políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes. Inclui ainda, apresentação do debate sobre o controle social como mecanismo de participação popular na elaboração e implementação de políticas públicas; levantamento histórico do Ministério Público, sua relação com a Constituição Federal de 1988 e a atuação do Promotor de Justiça, evidenciando os desafios que precisam ser superados, os avanços já alcançados e o importante papel que esta instituição possui no que se refere à proteção da criança e do adolescente no Brasil. E, por último, um estudo de caso na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Vitória para conhecimento do exercício do controle social na garantia do direito à convivência familiar e comunitária, entrevista com o Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Vitória e com o Conselho Tutelar de Vitória.

Palavras-chave: Controle social. Direitos. Política Social.

* Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Resumo de Dissertação de Mestrado defendida em 17 de dezembro de 2010. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Ana Targina Rodrigues Ferraz.